

A beleza do capital humano

Rubens Penha Cysne

Relativamente à posse de uma conta no banco ou à compra de um bem de capital qualquer, o investimento em capital humano (aqui sinônimo para o estoque de conhecimentos, técnicas e habilidades de uma pessoa) apresenta, à primeira vista, algumas desvantagens.

Primeiro, sua portabilidade é compulsória. Onde quer que se vá, dever-se-á carregá-lo. Dependendo dos lugares que se costuma frequentar, tal fato pode elevar bastante o seu risco.

Segundo, o capital humano é ilíquido, a venda apressada dos serviços dele derivados podem implicar severo deságio.

Terceiro, seu estoque não costuma ser aceito como garantia para pagamento de dívida, posto que a sua execução da mesma, nesse caso, caracterizaria trabalho escravo. Usando jargões ao gosto de economistas, o direito de propriedade nesse caso é perfeito na definição de posse, mas imperfeito no que diz respeito à penhorabilidade.

Quarto, sua depreciação costuma ser superior à de outros tipos de capital, principalmente quando não utilizado. O capital humano está sujeito a dois tipos de depreciação: a externa e a interna. A primeira ocorre quando inovações tecnológicas tornam parcial ou completamente obsoletos o conhecimento ou a habilidade adquirida. Trata-se de depreciação

particularmente severa, hoje em dia, por exemplo, para profissionais da área de informática. A depreciação interna, por outro lado, associa-se à obsolescência intrínseca do bem de capital em questão. Ele envelhece e torna-se ineficiente com o passar do tempo. No caso do capital humano, além da depreciação pela velhice, há a depreciação interna pelo simples esquecimento, pela doença e pela morte.

Educação

A despeito de todos esses fatos, observa-se no mundo atual um fortíssimo interesse na educação da parte de indivíduos, famílias, comunidades, governos ou mesmo de cada país. Por quê? A resposta comporta pelo menos oito diferentes frentes, sobre as quais discorreremos sucintamente no restante deste artigo.

Primeiro, a formação de capital humano pode ser construída apenas com base em três insumos usualmente intrínsecos à juventude: saúde, tempo e vontade. Não há necessidade de empréstimos bancários para se aprender a falar, a andar ou a lavar as mãos. A formação de capital físico, por outro lado, costuma ser bem mais exigente com heranças privadas e sociais.

Segundo, o capital humano gera interesse natural porque não contribui para o ser humano apenas no que diz respeito à produção de valor econômico. Ao moldar a personalidade, o horizonte de planejamento, a forma de pensar e encarar a vida, ele tem impacto direto na consecução de felicidade. Isso não significa que pessoas mais educadas sejam mais felizes. Mas apenas que os caminhos para outras situações se tornam mais numerosos e mais conhecidos, facilitando a migração.

Terceiro, outra maravilhosa característica do conhecimento acumulado, o capital humano dispõe de autogeração contínua, em geral proporcional ao seu estoque. Unindo-se dois conhecimentos adquiridos costuma-se chegar a três ou a muito mais, pelo simples uso conjunto dos atributos humanos de indução e dedução.

Quarto, em muitos casos sua portabilidade compulsória, ainda que por vezes problemática, pode também ter um lado vantajoso: o da formação inequívoca de direito de propriedade. Tal fato costuma se materializar na conhecida frase de educadores a educandos: “isto ninguém nunca vai lhe tirar”.

Passando do ponto de vista individual ao coletivo, quatro novas vantagens da formação de capital humano sobre a formação de capital físico tornam-se visíveis.

Quinto ponto em nossa série, o capital humano possui a característica de não restringir seus benefícios àquele que o possui. Isso pode também ocorrer com o capital físico, mas é fato mais associado ao capital humano. Uma pessoa minimamente educada costuma servir de exemplo e de fonte de formação para várias outras, fato que costuma justificar subsídios para a educação da parte de governos. Essa passagem de conhecimentos pode ser voluntária ou involuntária, evoluindo de simples hábitos a intrincadas formas de pensar e ver o mundo.

Coletivo

Sexto, sua não ação como garantidor de dívidas ou sua iliquidez, fatos aqui apresentados como pontos potencialmente negativos do ponto de vista individual, podem em alguns casos se mostrarem úteis do ponto de vista coletivo.

Tome-se, por exemplo, um país que tenha recentemente descoberto recursos naturais não renováveis. Discute-se muitas vezes nesse caso a formação de um fundo fiscal (ou, alternativamente, a recompra de parte da dívida pública) como tentativa de melhor equalizar os ganhos da exploração entre diferentes gerações.

A relativa liquidez de tais fundos, entretanto, permite uma fácil reversão da estratégia logo à frente, no caso de um governo que tenha interesses curto-prazistas. O investimento em educação, por outro lado, uma vez incorrido, não é de fácil e imediata reversão. Um novo governo populista não poderá vender o estoque de capital humano de seu povo para melhorar artificialmente o bem-estar durante seu curto mandato. Em suma, o capital humano não permite fácil reversibilidade movida por ciclos políticos.

Sétimo, o capital humano não exerce externalidades (ou ganhos de escala) apenas no contexto de cada indivíduo ou de um indivíduo para outro (como vimos anteriormente). Ele gera resultados também na forma como os indivíduos interagem entre si. A competência coletiva fomentada pelo mesmo costuma exceder em muito a soma das partes. Não é por acaso que países com elevado estoque de capital humano costumam ter também instituições mais sólidas

A portabilidade compulsória do capital humano tem um lado vantajoso: o da formação inequívoca de direito de propriedade

e estáveis. As externalidades no caso se materializam sob a forma de bens não tangíveis como consciência social, maior apreço pelas gerações futuras e estabilidade política.

Por último, embora individualmente haja depreciação do capital humano por esquecimento, envelhecimento e morte, isso não costuma ocorrer em termos coletivos. Países semidestruídos após a Segunda Guerra, mas com fortes tradições culturais, como Alemanha e Japão, mostraram que há certa inércia a determinar a renovação de capital humano geração a geração.

Se a acumulação de capital humano é ou não a base de longo prazo do que os economistas costumam denominar “crescimento sustentado”, talvez não seja essa a questão mais importante. Mas sim se sua acumulação contínua e equitativa poderia ou não aumentar as chances de maior bem-estar da espécie humana, em particular por meio da redução da forte miopia global que caracteriza a fase atual do planeta. ■

Rubens Penha Cysne é diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV (<http://www.epge.fgv.br/users/rubens/>)